

O *Dearing Report*. Serão as mudanças na educação superior britânica “modelo” para o Brasil?

Valdemar Sguissardi*

Introdução**

A crise que ameaça destruir as universidades federais brasileiras lembra-nos a cada dia o quanto fazem falta políticas públicas ou planos de médio e longo prazo para as áreas sociais do Estado, entre elas as da educação e da educação superior. Isso supõe diagnósticos acurados, termos de referência bem definidos, objetivos e metas precisos e, muito mais importante, vontade política para torná-los prática efetiva.

Nossa história de precário desenvolvimento dependente em todas as áreas, da economia à educação, ensinou-nos que temos tido, como país, uma grande tendência à imitação e à cópia acríticas dos modos de pensar e fazer dos países cêntricos, tomados via de regra como modelos. Da economia à administração pública, segue-se fervorosamente o último “modelo” ou modismo dos países do *Primeiro Mundo*. No caso do ajuste neoliberal das relações econômicas, da reforma do aparelho do Estado e do sistema de ensino superior, se observarmos as opções do maestro-mor de nossas mudanças, Ex-Ministro Bresser Pereira, traduzidas em seu Plano Diretor da Reforma do Estado, com destaque para os conceitos de *setores do Aparelho do Estado*, de *entidades públicas não estatais*, de propriedade *semipública ou semiprivada*, etc.¹ e reforçadas em suas obras mais recentes², preteriu-se o modelo do Chile de Pinochet — aliás, tantas vezes sugerido como modelo pelo Banco Mundial —, e adotou-se, adaptando-o, o *modelo thatcheriano*, decerto visto como política-mente mais asséptico que o andino. Por outro lado, seria

ingênuo pensar que se trata de mera cópia, imitação ou adaptação, pois a contribuição autóctone em especial para esse novo pretendido formato do Estado (*gerencial?*) e da educação superior pública (*privatizada?*) é também significativa³.

No caso da educação superior, os capítulos *Da Educação Superior da LDB (Lei 9.394/96)* e do *Projeto oficial do Plano Nacional de Educação (em tramitação no Congresso Nacional)* são vazados em termos tais que resulta quase impossível não associá-los às diretrizes emanadas dos *Relatórios e Diretrizes do Banco Mundial e do Banco Interamericano, que propõem, por exemplo, o afastamento do Estado desse nível de ensino, a mais extrema diferenciação institucional e a diversificação de fontes* para sua manutenção, além da distinção clara entre dois modelos de instituição, as de ensino e as de pesquisa (centros de excelência)⁴

E também necessário lembrar que, ao lado dos argumentos de falta de recursos públicos para a manutenção do ensino superior gratuito — paradoxalmente reiterados *ad nauseam* em país onde oficialmente se declara perante o Congresso Nacional que mais de 50% das 100 maiores empresas e dos bancos, no Brasil, não recolhem imposto de renda, por obra da sonegação ou elisão fiscal

* PPGE/FE/UNIMEP

** Agradeço aos colegas Hêlgio Trindade, pela solicitação/desafio (e permanente estímulo) de que apresentasse o *Dearing Report* ao público brasileiro, João dos Reis Silva Jr, Roseli P. Schnetzler e Sueli Mazzilli, pela leitura atenta e sugestões precisas tanto para melhoria deste texto, quanto para próximos futuros estudos no âmbito desta temática.

1 BRASIL, MARE. (1995). *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: www.mare.gov.br (página atualizada em 18/02/98).

2 Cf. L. C. BRESSER PEREIRA, (1997). *Estratégia e estrutura para um novo Estado*. *Revista de Economia Política*. V.17, n.3-67, p. 24-38, jul./set./1997; _____. (1998) *Reforma do Estado para a cidadania - a reforma gerencial na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; L. C. BRESSER PEREIRA e P. SPINK. (Org.). (1998). *Reforma do Estado e administração pública*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

3 Cf. Francisco de Oliveira. *A Face do Horror* (Prefácio). In: J. dos R. Silva Jr. e V. Sguissardi. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil - reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999, p. 7-13.

4 Na prática, essa divisão já existe: das quase mil IES no país, poucas, além das que consolidaram Programas de pós-graduação *stricto sensu*, cumprem a determinação constitucional da associação ensino-pesquisa-extensão; mais de 90% do conjunto das IES do país dedicam-se, portanto, exclusivamente a atividades de ensino e a algumas de extensão.

—, autoridades federais da Educação têm amiúde declarado à imprensa que a solução para esse problema seria a adoção do “modelo inglês” de ensino pago. No mês de julho pp., para justificar a adoção de nova matriz de distribuição de recursos de capital e custeio para as Instituições Federais de Ensino Superior, documento oficial também afirma que se trata de uma adaptação do “modelo inglês”. De que modelo inglês se está falando? Por que, no tocante a financiamento e a temas correlatos, como o ensino pago, não se propõe a adaptação de aspectos do “modelo francês”, de longa tradição de universidade pública, por exemplo?

Essas, entre outras razões, sugerem um melhor conhecimento do que de fato está ocorrendo no âmbito das mudanças por que passa o sistema de educação superior no Reino Unido. Uma aproximação desta realidade pode ser feita mediante a tentativa de compreensão das proposições e do significado do *Dearing Report - Higher Education in the Learning Society*, documento solicitado pelo governo inglês ao final da década dominada pelos conservadores de Thatcher e Major, em maio de 1996, e publicado no início do mandato do trabalhista Tony Blair, em 23 de julho de 1997. Trata-se do mais importante documento de diagnóstico e proposições sobre o sistema de educação superior na Inglaterra desde a publicação, em 1963, do *Informe Robbins*.

Para seu melhor entendimento e de seu significado, é necessário começar pela exposição em breves traços de um quadro sucinto do sistema de educação superior do Reino Unido à época da confecção desse Relatório, no contexto das grandes mudanças por que têm passado o Estado e a produção no Reino Unido, sob a batuta da direita conservadora e neoliberal no poder. Em seguida, além de responder a questões relativas a quem o solicita e com que finalidade, a quem foi confiado, qual seu ponto de partida e quais seus principais termos de referência, quais as questões-chaves a que pretendeu responder e quais suas principais recomendações, é necessário também examinar qual foi sua acolhida pelo Governo Trabalhista, especialmente no caso das proposições relativas à manutenção financeira do ensino superior que implicaria na restauração do ensino superior pago por parte dos estudantes e de suas famílias.

Finalmente, entre outras e dado o momento em que se discute novo projeto oficial de autonomia universitária e a própria sobrevivência da universidade pública em nosso país, talvez se imponham algumas considerações acerca da tomada, pelas autoridades educacionais brasileiras, do “modelo inglês” de ensino superior pago como referência para a eventual adoção deste sistema em nossas universidades federais.

A educação superior no Reino Unido ao final da *era Thatcher*

O sistema de educação superior britânico é recente: apesar de contar com instituições que remontam aos séculos XII e XIII, estrutura-se depois da II Guerra Mundial. Segundo Perellon (1998:14), a partir da publicação, em 1963, do *Informe Robbins*, teria passado de um sistema elitista para um sistema aberto a novos grupos sociais. Entretanto, esse autor observa:

Sin embargo, esta transformación no fue efectuada dentro del marco universitario, como lo recomendaba el *Informe* sino por la creación de una estructura paralela, los Politécnicos (*Polytechnics*). Este segundo sector fue puesto bajo la responsabilidad y el control de diferentes Autoridades Locales de Educación (*Local Educational Authorities*) hasta 1988, fecha a la cual las autoridades políticas centrales les concedieron su autonomía.

Estamos, portanto, em presença do *Binary System* — de um lado as universidades, de outro, os *polytechnics* — que se mantém até 1992, quando o sistema é unificado: “...las universidades y los antiguos *Polytechnics* forman ya parte de la misma estructura, disponen de los mismos derechos y, también, son financiados bajo un lema común” (Perellon, 1998: 15).

A educação superior britânica tem sido em geral conhecida como sendo um sistema de instituições privadas, de pequeno porte e orientação bastante homogênea, que gozam de autonomia institucional, são financiadas essencialmente por fundos públicos, são seletivas (especialmente as tradicionais) e apresentam via de regra alto padrão de qualidade no ensino e na pesquisa (Eustace, 1998: 1).

Em 1998, a Inglaterra contava com 135 universidades e *Colleges*, a Escócia, 21, o País de Gales, 14 e a Irlanda do Norte, 4. Os estudantes universitários ingleses somavam mais de 1.250.000, isto é, em torno de 30% da faixa etária (OCDE, 1997, apud Perellon, 1998 : 15).

As instituições de ensino superior (IES) britânicas multiplicaram-se nas duas últimas décadas, apresentando hoje um panorama contrastante: de um lado as antigas e renomadas universidades, que continuam a manter seu prestígio, e, de outro, as novas, resultado da transformação dos antigos *polytechnics* em universidades, e que têm prestígio sensivelmente menor.

Esta oposição traduzir-se-ia também em termos sociais: as instituições de menor prestígio, menos aquinhoadas em termos de infra-estrutura de ensino e pesquisa que as da elite, acolhem estudantes oriundos de meios

socioculturais “menos favorecidos”. A maioria das universidades britânicas passa por sérias dificuldades financeiras. Isto as impede de investirem seja em infra-estrutura, seja em melhorias salariais do *staff* acadêmico, para a manutenção da qualidade de sua formação, o que estaria desgastando a tradicional reputação de excelência de seus ensino⁵.

Gareth Williams, especialista em gestão e financiamento da educação superior da Universidade de Londres, em importante artigo intitulado “The market route to mass higher education: British experience 1979-1996” (1997), diz que a educação superior britânica passou por uma mudança radical nesse período:

Entre 1979 e 1997 o setor público no Reino Unido tem sido objeto de rigoroso questionamento e reforma radical por um governo conservador de direita. Muitos economistas tinham estado, por mais de uma década, incomodados pela maneira como a produção, alocação e distribuição dos serviços públicos fizeram pender a balança do poder muito mais a favor dos produtores [*staff* acadêmico] em detrimento dos consumidores [estudantes, sociedade]. (...) Nos primeiros anos do governo de Margaret Thatcher a preocupação principal era com os níveis excessivos dos gastos públicos. Na educação superior uma de suas primeiras ações foi remover todo o subsídio público para estudantes cuja residência estivesse fora da Comunidade Européia. A isto se seguiu um ano mais tarde a redução de 15% nos fundos [públicos] gerais para a educação superior (1997: 275)*.

Segundo Williams, a mudança teve um ponto de partida essencialmente financeiro e decorreu de severos cortes de verbas promovidos pelo governo. A reação da universidade foi buscar fundos em outras fontes. Em meados dos anos 80, o governo supria os cortes orçamentários com iniciativas destinadas a encorajar universidades e polytechnics a assinarem contratos de pesquisa e consultoria com a indústria e a buscarem doações priva-

das. Dois *Education Acts*, de 1988 e 1992, teriam apressado o ritmo da mudança: a maior parte das instituições de educação superior foram redesenhadas como universidades com conseqüências importantes na própria idéia ou concepção de universidade. Mecanismos públicos de financiamento foram criados para encorajar a expansão a baixo custo: “Os resultados foram dramáticos. Entre 1989 e 1994 as matrículas cresceram mais de 50% e os custos por estudante caíram 30%” (Williams, 1997: 275).

Segundo ainda Williams (1997: 277), as reformas empreendidas durante a era Thatcher orientaram-se essencialmente pelo enfoque mercadológico e representaram duas formas de mercadização, privatização ou de criação de *quase-mercados*. A privatização plena deu-se pela venda de serviços públicos como gás, eletricidade, água, telecomunicações, entre outros, que foram alienados ao setor privado; a parcial deu-se com outros serviços públicos, como os carcerários, que passaram para firmas privadas mediante contratos com o governo. Em relação aos serviços públicos, como a educação, a saúde e outros serviços sociais, porque considerados inapropriados para uma privatização em sentido estrito, introduziu-se o conceito de *quase-mercado*⁶.

Os fundos para as universidades já seriam *quase-mercado* na forma como as universidades, financeiramente autônomas, recebiam os recursos públicos e os aplicavam conforme suas próprias prioridades. O problema, como teriam demonstrado os eventos dos anos 80, era que essas prioridades muitas vezes não coincidiam com as do governo. Punha-se, então, para o governo conservador a questão de saber como fazer coincidirem tais prioridades. A solução encontrada foi a utilização de incentivos financeiros para encorajar as instituições de ensino superior a agirem na forma desejada pelo governo que as subsidia e a adoção do monitoramento mercadológico para assegurar que o fariam com eficiência.

Além dos efetivos cortes de verbas que têm início nos anos 80, em meados dessa década criam-se novas matrizes de distribuição dos recursos públicos que iriam distinguir os fundos destinados ao ensino, que incluem o critério da quantidade de alunos por instituição, dos fundos para pesquisa que serão distribuídos de acordo com avaliações, por pares, da qualidade da pesquisa, departamento por departamento. Estas medidas competitivas levaram as universidades a dar mais atenção às atividades de pesquisa que ao ensino, pois lhes garantiam maior vo-

5 Cf. Les reformes en cours au Royaume-Uni, Annexe 3 do *Rapport Attali - Pour un modèle européen d'enseignement supérieur* (1998, p. 1).

* As traduções do inglês incorporadas ao texto, para cuja primeira versão pude contar com a gentil ajuda dos amigos Sérgio Marcus P Lopes e Enésio E. de Almeida Filho, a quem sou profundamente grato, são, em sua versão final (com eventuais imprecisões), de minha inteira responsabilidade.

6 Cf. o conceito de *serviço não exclusivo do Estado*, empregado por Bresser Pereira, em suas propostas de Reforma do Aparelho do Estado, em especial referindo-se a Universidades, Institutos de Pesquisa, Hospitais... Op. cit. in notas 1 e 2.

lume de recursos. Verificou-se, também como consequência de outras medidas e pressões, que as “universidades mostraram ser organizações capazes de responder rapidamente aos claros sinais do mercado” (Idem, *Ibidem*, 280).

Foi neste contexto que o governo, ao mesmo tempo que dava seqüência a sua estratégia de redução geral dos custos, criava *fundos vinculados* disponíveis, em bases competitivas, para iniciativas específicas que desejava encorajar.

Iniciou-se pela mudança nas normas e procedimentos relativos aos cálculos das alocações financeiras para cada universidade e *polytechnic*. Entre outras medidas, a partir de então as universidades receberiam recursos financeiros como contrapartida proporcional aos fundos que obtivessem de fontes privadas, mediante trabalhos de consultoria, por exemplo. As mudanças nesta direção foram de tal monta que muitos *polytechnics* - habilitados a se utilizarem autonomamente de todos os recursos advindos de fontes externas privadas e dos *fundos vinculados* governamentais - criaram verdadeiras agências geradoras de rendas, muitas vezes verdadeiras empresas comerciais subsidiárias.

Assim iniciou-se o primeiro movimento explícito de *commercial marketization* na educação superior britânica e o estímulo para universidades, *polytechnics* e *colleges* buscarem recursos financeiros junto a fontes não-governamentais. (...) isto fez parte de uma estratégia para encorajar as universidades a substituírem alguns de seus recursos governamentais perdidos com recursos advindos de trabalhos comerciais privados. Em geral pode-se considerar que isto foi um sucesso. Os recursos advindos da indústria e do comércio cresceram rapidamente. (Idem, *Ibidem*, 281).

Outra estratégia governamental no uso de incentivos monetários para persuadir as universidades e *polytechnics* a agirem na forma desejada pelo governo consistiu na alocação de fundos especiais para ensino e pesquisa em bases competitivas. A aplicação desta estratégia durante anos, mediante Programas como o Alvey Program (patrocinado pelo Departamento de Comércio e Indústria) e o *Enterprise in Higher Education (EHE) Initiative* (patrocinado pelo Departamento do Emprego), permite a Williams (*Ibidem*, 282) afirmar que as universidades e os *polytechnics* familiarizaram-se rapidamente com a idéia da obtenção de fundos de uma grande diversidade de fontes.

Vê-se, nas mudanças impostas à educação superior britânica, um exemplo revelador do fim do macroacordo

vigente nos tempos da social democracia, como importante trunfo do Estado do Bem Estar na Europa do pós-guerra, significando incisiva restrição da esfera pública e igual ampliação da esfera privada. Em termos culturais, celebra-se novo contrato social, impondo a substituição das supostas velhas virtudes do coletivo pelas imaginadas oportunas virtudes do individualismo, contexto em que a educação em todos os níveis, outrora parte molecular desse macroacordo, adquirirá o caráter de bem essencialmente privado, de mercadoria negociável no mercado das trocas.

Para Williams teriam sido o *Education Reform Act*, de 1988, e o *Further and Higher Education Act*, de 1992, que conduziram a educação superior britânica a um sistema plenamente orientado pelo mercado.

Eles fizeram parte de uma ampla estratégia desenvolvida pelo Governo Conservador durante seu segundo e terceiro mandatos para reduzir o poder dos agentes dos serviços e transferir parte desse poder para os clientes ou consumidores desses serviços (*Ibidem*, 281).

A marca principal da Reforma de 1988 foi a abolição da estabilidade de emprego do *staff* acadêmico e de qualquer controle das autoridades educacionais locais sobre os *polytechnics* (concedendo-lhes um estatuto legal de autonomia equivalente ao das universidades) e a criação do *Universities Funding Council (UFC)* e o *Polytechnics and Colleges Funding Council (PCFC)*”. Esses Conselhos seriam constituídos por maioria de membros, incluindo seu presidente, não pertencentes aos quadros universitários, o que poderia significar a ocorrência de conflitos entre os valores acadêmicos e os do mercado.

Segundo Williams, para a definição de prioridade na alocação dos recursos, mais importante que a composição do Conselhos é a existência de uma cláusula técnica prevendo que nenhuma alocação financeira possa ser feita a qualquer universidade se o pedido não se fizer acompanhar de memorando financeiro, especificando o retorno esperado de cada alocação. Isto significaria que, a partir de então, as IES britânicas deveriam ser vistas como vendedoras de serviços de ensino (as universidades, também o seriam de pesquisa) ao governo, seu comprador quase exclusivo. Isto significaria também que a única forma de as IES fazerem efetivo uso de sua autonomia legal era buscando diversificar suas fontes de recursos.

Estabeleceu-se, em meados dos anos 80, para os *polytechnics*, que parte dos recursos alocados pelo PCFC (além dos 90% a 95% correspondentes ao total de recursos dos anos anteriores recebidos desse Conselho) teria

sua atribuição condicionada ao número adicional de estudantes matriculados a baixo custo. O que significa que, quanto maior fosse a quota adicional de estudantes recrutados por uma instituição, maior seria sua soma de recursos complementares, e menor seria o custo médio do conjunto do seus estudantes. Como consequência os efetivos estudantis aumentaram significativamente na mesma proporção da diminuição dos custos médios *per capita*.

Em relação às universidades, ainda não atingidas por esse *artifício*, uma série de medidas governamentais, de 1989, fez com que o amplo programa de bolsas para os alunos de graduação de tempo integral fosse progressivamente substituído por empréstimos reembolsáveis, responsabilizando-se o Tesouro pelo pagamento de taxas escolares que perfizessem até 30% dos custos do ensino para um número ilimitado de estudantes. É a educação entendida como bem privado ou como mercadoria posta à disposição dos que possam ou se disponham a comprá-la.

Sabendo-se que o sistema britânico de educação superior é inteiramente composto de instituições privadas, não estranha a existência de taxas escolares ou do pagamento de anuidades. Até os anos 40 elas somavam quantias muito altas, perfazendo no total aproximadamente 30% dos orçamentos universitários. No pós-guerra, foram sendo gradativamente reduzidas, correspondendo nos anos 60 a aproximadamente 10% dos custos do ensino, dada a ampliação progressiva dos subsídios governamentais às universidades e *colleges*. Nos anos 70, durante o governo dos trabalhistas, em plena vigência do macroacordo social do Estado do Bem Estar, as taxas escolares eram bastante reduzidas e somavam em torno de 5% do orçamento das IES.

Os sistemas de incentivos em bases competitivas que reduziram a um terço o custo dos alunos *adicionais* em relação aos custos médios anteriores, ao mesmo tempo que fizeram crescer o número de matrículas, fizeram também crescer os gastos governamentais a níveis considerados inaceitáveis.

Estabeleceram-se, igualmente, a partir de 1989, os *Academic Audit Unit (AAU)*, com o objetivo de assegurar que mecanismos garantidores da qualidade desejada operassem com eficiência em todas as universidades. Não estando convencido de que houvesse adequadas salvaguardas para os estudantes, o governo estabeleceu os *Quality Assessment Committees junto aos Funding Conails*, encarregados da alocação de fundos para universidades e *colleges*.

Para os fins deste texto, é importante, sintetizar as observações de Gareth Williams a respeito da configuração mercadológica do atual sistema de educação superior britânico. Citando Moore (1989), afirma que

As universidades britânicas têm sido sempre instituições privadas e, portanto, propensas a um comportamento semelhante ao do mercado. Elas possuem um estatuto quase similar ao de empresas comerciais, apenas moderado pelo fato de que, como *registered charities* [filantrópicas], sua capacidade de lucro é limitada (Idem, *Ibidem*, p. 285-6).

Este fato, porém, não teria sido empecilho a práticas semelhantes às das empresas do setor privado: “Excedentes das atividades comerciais são amiúde usados para aumentar o salário do *staff*”.

A independência legal das universidades, dos *polytechnics* e dos *further education colleges* permitiriam afirmar que o conjunto da educação pós-secundária britânica é hoje de natureza privada.

Essas mudanças, que introduziram características de *quase-mercado* na gestão dos fundos públicos, e, de mercado, na dos fundos suplementares, têm provocado importantes efeitos na gestão universitária. Entre estes, destacam-se:

- (i) radical redução do número de decisões tomadas pelos colegiados;
- (ii) rigorosa previsão de custos de todas as atividades;
- (iii) definição dos custos extras para todas as atividades;
- (iv) estimativa de preços dos contratos para cobrir todos os custos extras;
- (v) documentação de todos os aspectos do ensino e da avaliação dos estudantes;
- (vi) “fonte extra” para as atividades não essenciais;
- (vii) estabelecimento de empresas para lidar com atividades geradoras de recursos;
- (viii) criação de textos e outras formas de realçar a identidade corporativa. (Id., *Ibidem*, p. 286)

Ao comparar o comportamento mercadológico do sistema de educação britânico com o das empresas comerciais, Williams alerta que

É importante lembrar que criar mecanismos de mercado não é o mesmo que estabelecer o livre mercado. Não existe livre mercado na educação superior britânica: em alguns casos ela se tornou menos livre. As universidades são hoje menos livres para tomar suas próprias decisões acadêmicas e financeiras do que o eram no início dos anos 80 (*Ibidem*, 288).

Algumas características do mercado estariam sendo combinadas com aumento dos controles burocráticos, representados por crescente exigência de prestação de contas do uso dos fundos públicos e responsabilidade com o monitoramento externo da qualidade.

Para um balanço do resultado dessas mudanças no sistema de educação superior britânico, Williams adianta alguns dados e algumas reflexões. Antes de tudo, os custos caíram drasticamente. Os gastos *per capita* dos estudantes são hoje 40% menor do que o eram no início dos anos 80. Em segundo lugar, há evidências quanto ao crescimento quantitativo dos resultados das atividades de ensino e pesquisa. O desempenho da pesquisa, medido pelo número de artigos publicados, tem aumentado rapidamente desde a adoção de processos de avaliação nos meados da década de 80. Alerta, porém: “Sem dúvida, as rápidas mudanças na tecnologia da informação têm sido parcialmente responsáveis por este aumento da produtividade”.

Em relação ao ensino, é amplamente reconhecida a existência de um contrato implícito entre estudantes e suas instituições, ao mesmo tempo em que os objetivos dos cursos, os critérios de avaliação e os procedimentos de ensino são hoje muito mais explícitos.

Por outro lado, “a natureza do emprego acadêmico mudou drasticamente”. Os professores universitários gastariam muito mais tempo com procedimentos administrativos que seus colegas europeus e americanos. Os salários não aumentaram em termos reais desde o início dos anos 80. Caíram significativamente em relação aos de outras profissões comparáveis. A diferença dos níveis salariais dos dirigentes e da maioria do *staff* acadêmico aumentou sensivelmente. Enquanto a remuneração dos dirigentes universitários se equipara à dos administradores de empresas privadas bem sucedidas, os salários dos docentes no início de carreira encontram-se muito aquém. A maioria das contratações de pessoal nos anos recentes tem sido em tempo parcial ou por tempo determinado de menos de dois anos.

Um grande desafio que se põe para a educação superior britânica, conforme apontado por dirigentes universitários, é o do recrutamento dos melhores profissionais de cada geração em áreas em que existe uma alta demanda no mercado.

Os benefícios compensatórios [para os baixos salários] da estabilidade do emprego foram abolidos. A liberdade individual de procedimentos de trabalho flexíveis foi muito reduzida... Os membros da profissão acadêmica defrontam-se com a erosão de sua autonomia profissional, ade-

quação às demandas de prestação contas, e uma diminuição do controle sobre matérias como o currículo e a definição de áreas de pesquisa...” (Ibidem, 289).

O DEARING REPORT - Referências, Análises e Recomendações

Em maio de 1996, o governo conservador inglês, com apoio bipartidário, confiou a uma Comissão, presidida por Sir (hoje, Lord) Ron Dearing, a tarefa de

...fazer recomendações sobre como os objetivos, a forma, a estrutura, o tamanho e os fundos da educação superior, incluindo ajuda para os estudantes, deveriam desenvolver-se para responder às necessidades do Reino Unido pelos próximos 20 anos, considerando que a educação superior envolve ensino, aprendizagem, estudos avançados (competência acadêmica) e pesquisa (Dearing Report, 1997, Chairman's foreword).

O *National Committee of Inquiry*, composto por 17 membros⁷, vinculados principalmente a universidades e a empresas, entregou oficialmente ao Governo seu Relatório intitulado *Higher Education in the Learning Society*, após 14 meses da encomenda, em 23 de Julho de 1997⁸, quando o trabalhista Tony Blair já se encontrava à testa do governo.

O Relatório impressiona tanto pela abrangência de suas análises e recomendações quanto pelas suas dimensões, que, considerados os diversos estudos complementares, encomendados a alguns especialistas, além de aos membros da Comissão, e muitos anexos, soma 1700 páginas.

Além do seu sugestivo título, é importante registrar alguns dos principais temas e subtemas abordados pelo *Dearing Report*. Iniciando-se com a apresentação de um rol de termos de referência, o Relatório divide-se em 24

7 Sir [Lord] Ron Dearing (Chairman), Professor John Arbuthnott, Baroness Dean of Thornton-le-Fylde, Ms Judith Evans, Sir Ron Garrick, Sir Geoffrey Holland, Professor Diana Laurillard, Mrs Pamela Morris, Sir Ronald Oxburgh, Dr David Potter, Sir George Quigley, Sir William Stubbs, Sir Richard Sykes, Professor David Watson, Professor Sir David Weatherall, Professor Adrian Webb, Mr Simon Wright e Mrs Shirley Trundle (Secretary).

8 O *Dearing Report* antecede em alguns meses à publicação, na França, do Relatório da Comissão presidida por Jacques Attali, intitulado *Pour un modèle européen d'enseignement supérieur*.

capítulos que incluem, após detalhadas análises de cada tema, 122 recomendações. O primeiro tema desenvolvido é o que responde pelo subtítulo de Um olhar para 20 anos: a sociedade do conhecimento (*learning society* manteria alguma relação com a expressão oriunda do mundo empresarial *learning organization*?). Como ponto de partida de suas análises e recomendações, o Relatório apresenta uma ampla visão prospectiva do desenvolvimento da educação superior britânica no curso dos próximos 20 anos. Nesta visão analítica, destaca-se de imediato a importância atribuída à relação da educação superior com o contexto econômico e social no qual se insere. Com este pano de fundo delineiam-se os objetivos e metas que a educação superior deve buscar atingir. Examina-se a demanda atual e das próximas décadas por educação superior, considerando-se seus níveis e distribuição entre os diferentes grupos sociais. Aprofundam-se e discutem-se os principais elementos que compõem a vida das instituições de educação superior: currículos, programas, diplomas, pesquisa, papel local e regional; situação e desenvolvimento profissional do pessoal docente e de apoio, a crescente importância das tecnologias de informação e comunicação, a organização, gestão e governo das instituições, e diferenciação institucional. Por fim, além de discutir as relações entre o Governo e a educação superior, o Relatório detém-se largamente nas questões polêmicas que envolvem as necessidades e fontes de financiamento da educação superior (*Quem deve pagar pela educação superior*) e, especialmente, a contribuição monetária dos estudantes e de suas famílias para cobertura parcial dos custos de sua formação.

Chama de imediato a atenção, diante dos programados cortes orçamentários para educação superior de iniciativa tanto dos conservadores quanto dos trabalhistas, a presença, já na apresentação do Relatório, de um importante alerta nos seguintes termos:

Fomos solicitados a opinar sobre o desenvolvimento de longo termo da educação superior. Mas expressamos aqui nossa preocupação que o sucesso a longo prazo da educação superior não seja prejudicado pelas necessidades do curto prazo.

Estamos particularmente preocupados com as planejadas próximas reduções do financiamento para a educação superior. Se isto for levado adiante, ele reduzirá-se à metade em 25 anos. Cremos que isto prejudicará tanto a qualidade quanto a eficiência da educação superior. Estamos também preocupados com algumas outras ne-

cessidades imediatas, especialmente em relação à pesquisa (Dearing Report, 1999, Chairman's foreword).

Este alerta completa-se por recomendações que tocam no âmago da questão mais controversa de quantas são levantadas pelo Relatório, a da diversificação de fontes de financiamento e pagamento de anuidades por parte do estudantado:

Reconhecemos a necessidade de novas fontes de financiamento da educação superior para responder a estes problemas e prover seu crescimento. Recomendamos, portanto, que os estudantes assumam a obrigação de contribuir com o custo de sua educação superior uma vez que estejam empregados. Inevitavelmente esta contribuição será para o futuro. Mas há necessidade premente que a identifiquemos no Relatório nos anos 1998/99 e 1999/2000. Alertamos o Governo a responder a isto em suas decisões sobre financiamento, fornecendo crédito para todos os valores envolvidos nos compromissos assumidos pelos estudantes para prover sua educação (Ibidem).

Princípios e termos de referência

Dentre os princípios considerados pela Comissão no desenvolvimento de seu trabalho, destacam-se os de que: 1) deve haver a maior participação possível de jovens e *estudantes maduros* na educação superior inicial, e, de adultos, na educação permanente (*lifetime*), consideradas as necessidades individuais, da nação e do futuro mercado de trabalho; 2) os estudantes devem ser capazes de fazer suas escolhas entre uma diversificada gama de cursos, instituições, modos e localização dos estudos; 3) os atuais padrões dos diplomas e de outras qualificações de educação superior devem ser ao menos mantidos e assegurados; 4) a eficácia do ensino e da aprendizagem deve ser aumentada.

Enfatiza-se que o ensino deve responder crescentemente às necessidades do emprego e incluir o desenvolvimento de habilidades gerais, que seriam amplamente valorizadas no mercado de trabalho.

Há uma clara preocupação com a manutenção da competitividade internacional do Reino Unido na pesquisa básica e estratégica e em áreas de tecnologia aplicada.

Explicitam-se duas principais preocupações relacionadas aos estudantes e ao corpo docente. No caso daqueles, defende-se o princípio de que os planos de apoio ao estudante devam ser claros e transparentes; no destes, de-

fende-se que a educação superior deva ser capaz de recrutar, reter e motivar um corpo docente e de pesquisa com apropriada qualificação. Como já se viu anteriormente, aqui residiria hoje um dos desafios-chaves do atual sistema de educação superior britânico.

Finalmente enfatiza-se o princípio da eficiência ou busca da melhor relação custo/benefício na educação superior a ser obtida no uso dos recursos disponíveis.

Entre os principais termos de referência, sobressaem-se:

- a educação superior continua tendo um papel chave no desenvolvimento dos poderes da mente, e no conhecimento e aprendizagem adquiridos mediante aperfeiçoamento acadêmico e pesquisa;

- o Reino Unido deve agora competir no cada vez mais competitivo mercado internacional, onde a proliferação do conhecimento, as tecnologias avançadas e a revolução da informação significam que a demanda do mercado de trabalho por profissionais com educação de alto nível e treinamento é crescente, particularmente nos negócios, e que há uma alta valorização dos produtos oriundos da pesquisa básica;

- um florescente sistema de educação superior é importante para todos os setores da economia e essencial para o sistema nacional de saúde e serviços de educação, fornecendo mão-de-obra qualificada, pesquisa e inovação, e desenvolvimento profissional continuado;

- pela escolaridade e pesquisa, a educação superior provê uma fonte nacional de conhecimento e domínio técnico para benefício de nossa competitividade internacional e qualidade de vida, e provê as bases para responder às mudanças sócio-econômicas mediante inovação e aprendizagem permanente;

- a educação superior mantém um papel na vida social, moral e espiritual das nações; desenvolvendo a cidadania e a cultura em toda a sua diversidade; e desenvolvendo as capacidades pessoais para benefício dos indivíduos e da sociedade como um todo;

- a educação superior é o principal fator de crescimento e regeneração da economia local, regional e nacional;

- há características diversificadas de educação superior nas diferentes partes do Reino Unido;

- os elos entre a educação superior e outros

aspectos da educação e do sistema de treinamento, particularmente educação avançada, crescem em importância;

- os elos entre a educação superior e de outras partes do mundo crescem, como cresce a mobilidade internacional do *staff* acadêmico;

- novas tecnologias estão abertas para a possibilidade de novas formas de ensino e aprendizagem, e a educação superior é crescentemente oferecida nos locais de trabalho, e a domicílio, através do ensino à distância;

- o Governo tem legislado para tornar as instituições financeiras privadas capazes de oferecer empréstimos aos estudantes em termos similares aos oferecidos pelas *Student Loans Company*.

Análises e recomendações

A partir dos termos de referência e em meio às bem articuladas análises dos principais temas, o *Dearing Report* revela uma profunda crença na importância que a educação superior, associada à idéia de pesquisa, possui e deverá possuir cada vez mais na sociedade futura - *in the learning society*.

Central para nossa visão de futuro é o discernimento que o Reino Unido precisará desenvolver como uma sociedade do conhecimento. Nesta sociedade do conhecimento, a educação superior terá uma contribuição distinta mediante ensino do mais alto nível, a busca de aperfeiçoamento acadêmico e da pesquisa, e, crescentemente, mediante sua contribuição para a aprendizagem permanente.

Além da qualidade que será cada vez mais exigida da educação superior e da pesquisa nos anos vindouros, quando “Como instituições [as IES] terão progressivamente que operar em um mercado internacional de educação e serem avaliadas por padrões internacionais”, preocuparam-se especialmente os membros da Comissão em analisar e fazer sugestões sobre o tema da *massificação da educação superior* no Reino Unido.

Uma das principais preocupações, ao par da expansão quantitativa de matrículas, é o aumento do número dos estudantes em tempo integral, para cuja garantia é encaminhado um conjunto de recomendações. No mesmo sentido, objetiva-se aumentar nos próximos anos as taxas de conclusão do curso superior. Pretende-se passar dos atuais 32% de diplomados, em relação aos concluintes do ensino secundário, para 45%.

O nível e o conteúdo da formação constituem outra preocupação importante. Para garantir a qualidade das formações e diplomas em nível nacional são propostas Agências de Qualidade denominadas *Quality Assurance Agency* (QAA). Essas agências disporiam de autoridade para recomendar a supressão de subvenções públicas às IES. Possuiriam também a atribuição de controlar a qualidade do ensino de instituições que desenvolvem programas por delegação (*franchising arrangements*) ou em convênio com universidades, assim como de autorizar a execução de novos.

Outra preocupação da Comissão diz respeito à necessidade de um leque de formações de nível superior muito mais diversificado e adaptado ao mercado de trabalho. Há uma clara orientação no sentido de que os estudantes possam ter durante sua formação uma primeira experiência profissional. Um progressivo acesso às inovações tecnológicas, sempre muito ressaltadas, constitui uma das mais importantes recomendações da Comissão, segundo a qual todos os estudantes nos próximos anos deveriam poder dispor, por exemplo, de microcomputador pessoal.

A maior flexibilidade dos currículos universitários é uma das principais metas a serem atingidas. Dever-se-ia permitir ao estudante poder entrar e sair da universidade em diferentes momentos do desenvolvimento de um currículo. Propõe-se a convivência entre cursos de longa e de curta duração (*sub-degree diplomas*) e qualificações mais específicas.

Torna-se evidente no Relatório o incômodo causado pelas características elitistas do sistema britânico de educação superior e a necessidade de serem tomadas medidas visando envolver cada vez mais as IES no esforço de diminuição do atual *apartheid* social.

Diante do quadro de baixa remuneração do *staff* acadêmico, conforme descrito anteriormente, coube à Comissão não somente alertar para esta inaceitável realidade, quanto fazer recomendações pertinentes, entre as quais a de constituição de um Grupo de Trabalho com atribuições de estabelecer as diretrizes para um novo estatuto das universidades e para um sistema adequado de remuneração docente.

A pesquisa, em todas as suas diferentes formas, especialmente a básica e de aplicação avançada, tem merecido a maior atenção dos autores do Relatório. Entretanto, diante do decréscimo dos investimentos no curso dos últimos anos em infra-estrutura e laboratórios e na melhor remuneração dos pesquisadores, assim como em face das previsões orçamentárias do novo governo, propõe-se, entre outras medidas, formas de parceria entre o setor público e a iniciativa privada para a constituição de

fundos suplementares que somassem £ 500 milhões (US\$ 810 milhões)⁹ para o desenvolvimento científico.

É importante ressaltar a preocupação da Comissão com a integração da educação superior no esforço de desenvolvimento local e regional. Fundos especiais deveriam ser criados em cada região visando a maior integração da universidade e os setores industriais e comerciais locais, para recuperação industrial e comercial e garantia de emprego tanto da mão-de-obra diplomada quanto dos trabalhadores em geral.

De todos os temas, o mais controvertido e aquele sobre o qual mais se detiveram os membros da Comissão, é o que se inicia com a questão: *Quem deve pagar pela educação superior*. As propaladas dificuldades dos fundos públicos, mas especialmente a orientação conservadora e neoliberal posta em prática nas últimas décadas e os avanços "alcançados" por esta política, anteriormente expostos, que introduz no sistema de educação superior claros procedimentos da lógica competitiva do mercado ou do quase-mercado, constituem-se no pano de fundo desta discussão.

Os dados apresentados pela Comissão mostram que nos anos 95/96 os custos do conjunto das atividades de ensino de todas as IES britânicas foram cobertos na seguinte proporção: 78,6% pelos fundos públicos, 7,6% pelos estudantes ou suas famílias, e 13,9% por fundos de outras fontes. Em relação à pesquisa desenvolvida no sistema, as proporções eram: 74,3% dos fundos públicos, 7,2% da indústria e comércio, 14% de doações (*charities*) e 4% de outros.

O fulcro dos argumentos dos membros da Comissão não é que a contribuição dos fundos públicos para manutenção da educação já sejam excessivos. Reconhecem que a soma de £ 7 bilhões (US\$ 11,34 bilhões) por ano, entendida como sendo um valor para o qual contribuem todos os grupos sociais por meio dos impostos, quando transformado em percentagem do PIB, coloca o Reino Unido abaixo de alguns de seus principais concorrentes. Consideram, ainda assim, que apesar do relativamente baixo desembolso, "nosso sistema de educação superior é mais eficiente"... Neste sentido e nesta lógica, recomendam:

Recomendamos ao Governo que, a longo prazo, os gastos públicos com educação superior devam crescer na mesma proporção do Produto Interno Bruto (Recomendação 71).

⁹ Utilizamos a paridade 1 libra esterlina (£) = 1,62 dólares americanos (US\$).

Para responder à pergunta acima - *quem deveria pagar a educação superior* - ou para estabelecer como cada grupo poderia contribuir com os custos deste nível da educação, busca-se antes, no Relatório, resposta para as seguintes questões mais específicas:

- quem correntemente paga as instituições de educação superior;
- quem correntemente paga para os estudantes poderem ter acesso às instituições de educação superior
- quem correntemente se beneficia da educação superior;
- quem deveria pagar pela educação superior no futuro.

O principal argumento que fundamentaria as propostas de manutenção e mesmo de ampliação dos fundos públicos para a educação superior, mas sempre somados à participação dos estudantes na cobertura parcial dos custos de sua formação universitária, foi o que decorreu de estudos que teriam revelado que a formação universitária é um investimento com claro retorno econômico futuro. Esses estudos apontariam que os portadores de um diploma de educação superior teriam, em relação aos não diplomados, quando empregados, de 11 a 14% de vantagens salariais. Além disso, o *Dearing Report* fez eco às vozes daqueles que, no debate de há muito travado no Reino Unido, condenavam a concessão de benefícios financeiros aos estudantes pertencentes a famílias abastadas.

A Comissão conclui as discussões do tema com algumas recomendações que, apesar de precisas, não traduzem adequadamente a riqueza desse debate:

Concluindo, recomendamos ao Governo que introduza medidas visando a que graduados empregados façam uma contribuição líquida de aproximadamente 25% do custo médio total da educação superior, mediante um mecanismo associado à renda, e que assegure que a proporção dos custos totais a serem cobertos pela contribuição não seja aumentada sem uma revisão independente e uma resolução aprovada por ambas as Casas do Parlamento. As contribuições feitas por graduados empregados neste caso devem ser reservadas para fazerem cobrirem as necessidades da educação superior (Recomendação 79)

Tendo em conta essas recomendações e o teor da exposição geral do tema pela Comissão e desenvolvida em vários capítulos do Relatório, pode-se concluir que a proposta resume-se no compromisso que teriam os estu-

dantes britânicos, a partir do ano universitário 1998/99, de pagar anuidades correspondentes a 1/4 do custo real de sua formação (aproximadamente £ 1.000 ou US\$ 1.620), seja pagando esta soma imediata e diretamente, seja recorrendo a empréstimos (crédito educativo), reembolsáveis a juros especiais durante os dez primeiros anos de sua vida profissional, de acordo com sua respectiva futura renda.

A resposta do Governo Trabalhista ao *Dearing Report*

Existiram, de fato, dois momentos na resposta do Governo Tony Blair às recomendações do *Dearing Report*. O primeiro verificou-se no dia imediato à publicação do Relatório da Comissão. Já no dia 24 de julho de 1997 o Governo Trabalhista anunciava mudanças radicais no financiamento da educação superior britânica. O segundo foi o da publicação, em 1º de maio de 1998, de um documento intitulado *Higher Education for the 21st Century*, em resposta ao *Dearing Report* e de responsabilidade de David Blunkett, Secretário de Estado para a Educação e o Emprego, à testa de um grupo de trabalho composto por diversas autoridades do setor.

Quanto às medidas de 24 de julho de 97, as principais propostas eram:

- introdução de uma anuidade representando em torno de um quarto dos custos médios de um curso, mas mantendo a isenção de pagamento para estudantes oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo;
- pagamento de taxas escolares, por outros estudantes em tempo integral, de até £ 1.000 [US\$ 1.620], segundo o poder aquisitivo dos pais;
- o custo das taxas deve ser compensado por crescentes empréstimos para os custos de manutenção do estudante (...);
- cuidadosa consideração das possibilidades de criação de mecanismos de coleta por meio do sistema de taxas (Williams, 1998, p. 77)

Estas medidas foram tomadas durante as férias de verão para serem aplicadas a partir do início do ano letivo europeu que se inicia entre final de agosto e início de setembro.

A tomada de posição do Governo Trabalhista é dúplice: por um lado, aceita o princípio da ampliação do pagamento de anuidades no ensino superior (pois, como dito anteriormente, este sempre existiu no Reino Unido); por outro, em lugar da proposta da Comissão de um

sistema linear de pagamento de anuidades, optou por um sistema de pagamento que considere a renda familiar ou do estudante, com a manutenção das possibilidades de empréstimos reembolsáveis e de isenção total de pagamento para os estudantes mais pobres.

O Documento do Governo Trabalhista, de 1º de maio de 1988, *Higher Education for the 21st Century*, aceita em linhas gerais as considerações e recomendações do *Dearing Report*, divergindo apenas parcialmente quanto às propostas de pagamento de anuidades, como já visto.

Os principais argumentos utilizados pelos Trabalhistas, tanto para aceitar o princípio do pagamento, quanto para discordar do modo de efetivá-lo são:

- os custos devem ser divididos entre aqueles que se beneficiam da educação superior;
- o acesso à educação superior não pode depender da capacidade de pagamento;
- o reembolso das contribuições para os custos de manutenção devem ser relacionados ao poder aquisitivo;
- o atual sistema de apoio ao estudante não tem encorajado os estudantes dos grupos sócio-econômicos mais baixos a entrar na educação superior, nem em cursos de tempo parcial nem nos de tempo integral;
- os ganhos dos que freqüentam a educação superior são consideráveis.

Segundo analistas, a previsão era de que, respeitadas as normas estabelecidas pelo Governo Trabalhista e o poder aquisitivo médio do estudantado e de suas respectivas famílias, a população universitária britânica dividir-se-ia, a partir do ano letivo 98/99, em três grupos de número aproximadamente igual: 1) uma terça parte composta por aqueles que deverão pagar a anuidade máxima, isto é, £ 1.000 [US\$ 1.620]; 2) uma terça parte composta por aqueles que serão isentos, cujas famílias possuem rendimentos inferiores a £ 16.000 [US\$ 25.920] anuais; e 3) uma terça parte composta dos que pagarão valores inferiores a £ 1.000 [US\$ 1.620], sempre em proporção à renda própria ou familiar (Perellon, 1998, p. 20).

A partir de 1998, apresenta-se o quadro seguinte:

- Os ingressantes devem pagar anuidades de até £ 1.000 [US\$ 1.620], a quantidade exata dependendo do próprio poder aquisitivo, do de suas famílias ou de seus/suas respectivos/as esposos/as. Os de menor poder aquisitivo continuariam isentos de pagamento.

· Assim como vinha ocorrendo no Governo Conservador, mantém-se no Governo Trabalhista a tendência a uma gradativa diminuição das bolsas de estudos, progressivamente transformadas em crédito educativo reembolsável, concedido segundo a renda familiar.

· O reembolso dos empréstimos dar-se-á a partir do final da formação, mas desde que os ganhos anuais do formado ultrapassem a soma de £ 10.000 [US\$ 16.200]. Se os ganhos caírem abaixo deste limite, o reembolso é suspenso e adiado.

· Os valores anuais em libras esterlinas das bolsas, atribuíveis pela Local Education Authorities, são de: 1) £ 1.225, para os que estudem em Londres; 2) £ 810, para os que estudem fora de Londres; e 3) £ 480, para os que morem com os pais.

· Os valores anuais em libras esterlinas do crédito educativo, atribuível pelas respectivas instituições de ensino, são de: 1) £ 3.145, nos primeiros anos, e £ 2.565, no último ano, para os que estudam em Londres; 2) £ 2.735, nos primeiros anos, e £ 2.265, no último ano, para os que estudam fora de Londres; e 3) £ 2.325, nos primeiros anos, e £ 1.970, no último ano, para os que morem com os pais. (Perellon, *Ibidem*)

Considerações finais

Nessas páginas, com ajuda de alguns autores de referência, buscou-se situar de modo sucinto o momento, o conteúdo essencial e a relevância do *Dearing Report*, assim como alguns de seus desdobramentos para as políticas públicas de educação superior de um país cujas mudanças na economia e nos meandros do Aparelho do Estado mais têm sido apontadas como “modelo” para os países como o Brasil.

Para seu melhor entendimento e de seu significado, expusemos brevemente algumas das principais características do sistema de educação superior britânico à época do confecção desse Relatório e no contexto das grandes mudanças ocorridas no Reino Unido nas últimas décadas e que levaram a marca da direita conservadora e neoliberal no poder.

Quando as universidades federais brasileiras se defrontam com projetos oficiais de “autonomia” universitária tidos por seus representantes credenciados (ANDIFES e ANDES) como inaceitáveis e a própria sobrevivência da universidade pública vê-se ameaçada¹⁰; quando se defende oficialmente (Projeto de Reforma do Estado) a trans-

10 Cf. Marilena Chauí. *Universidade em liquidação. Folha de S. Paulo. Domingo, 11 de Julho de 1999, Mais!*

formação das universidades federais em *organizações sociais* e se articulam claras estratégias de *diferenciação institucional*, *diversificação de fontes de financiamento* e introdução do ensino pago no sistema de educação superior público e gratuito, cabe também relembrar aqui, de modo sintético, alguns dos aspectos ou mudanças que caracterizam o atual sistema britânico de educação superior e que o distinguem profundamente do sistema de educação superior brasileiro, em especial do seu setor público federal.

Como vimos, o sistema de educação superior britânico é constituído exclusivamente de instituições privadas, oficialmente autônomas, que sempre contaram com altos subsídios governamentais públicos (em torno de 80% de seus respectivos orçamentos), tanto para o ensino como para a pesquisa, e com a existência de taxas escolares ou anuidades, que perfizeram, em alguns períodos, até 30% dos respectivos orçamentos universitários. As reformas dos últimos vinte anos conduziram as instituições universitárias britânicas — instituições privadas “propensas a um comportamento semelhante ao do mercado” — a adotarem, de forma cada vez mais explícita, os mecanismos e as regras competitivas do mercado. Isto, embora provisoriamente lhes tenha garantido a sobrevivência, não lhes teria garantido maior autonomia, nem maior democratização. Os investimentos públicos diminuíram, mas aumentaram os controles governamentais sobre seu funcionamento. O congelamento dos salários docentes e de funcionários técnico-administrativos à época do *Dearing Report* já durava quase duas décadas, enquanto aumentaram no mesmo lapso de tempo os vencimentos dos quadros dirigentes e daqueles que podiam e podem beneficiar-se de rendas advindas de fontes privadas (prestação de serviço e consultorias, entre outras). Como principal consequência e grande desafio da universidade britânica põe-se hoje a renovação de seu corpo docente e de pesquisadores, especialmente nas áreas mais competitivas do mercado.

O *Dearing Report* reconhece as grandes dificuldades por que passa o sistema, chamando atenção para necessidades, entre outras, de ampliação dos fundos públicos, de melhoria do salário de docentes e pesquisadores, de maior valorização da pesquisa e de busca incessante da qualidade do ensino.

Em relação ao regime adotado atualmente pelo Governo Trabalhista de pagamento de anuidades na educação superior, constituída, vale sempre lembrar, de instituições privadas e não estatais ou públicas, acrescentem-se algumas rápidas observações, tendo em vista a situação sócio-econômica desse país. Trata-se de um país com PIB de £ 766 bilhões (1997 est.) ou US\$ 1.242 bilhões e renda *per capita* anual de aproximadamente £ 13.000 (1997 est.) ou US\$ 21.200. O custo médio anual per capita da edu-

cação superior, em 1997, era de aproximadamente £ 4.000 ou US\$ 6.500.

A norma estabelecida é a de que os estudantes que auferirem rendas anuais inferiores a £ 16.000 ou US\$ 25.920 (renda *per capita* = £ 13.000) sejam isentos de pagamento. Os que auferirem mais de £ 16.000 [US\$ 25.920] devem pagar, de modo proporcional à renda individual ou familiar, até um quarto do custo médio anual de sua formação, isto é, £ 1.000, isto é, o desembolso máximo anual para os que deverão custear parte de seus estudos será de pouco mais de 6% da renda individual ou familiar por ano.

Além do fato de o sistema britânico de educação superior não ser constituído de instituições estatais ou públicas, para efeito de eventual comparação com o sistema brasileiro de educação superior, ressalte-se que nem a Comissão redatora do *Dearing Report* propôs, nem o Governo Trabalhista acaba de instaurar o regime de ensino pago nas universidades do Reino Unido, dado que ele sempre existiu. Tem sido componente importante da tradição universitária britânica, ao contrário daquela da maioria dos países da CEE. O que chama atenção é o fato de que seja proposto pela Comissão e restaurado pelo Governo Trabalhista o ensino superior pago nos valores vigentes antes da II Guerra Mundial, valores que haviam sido drasticamente reduzidos durante o período do macroacordo da social democracia ou do Estado do Bem Estar. Esta realidade é apenas mais um dos desdobramentos dos ajustes propostos e efetivados no âmbito das políticas conservadoras e neoliberais, que tiveram, primeiro, no Chile de Pinochet e, em seguida, na Inglaterra de Thatcher, seus principais campos experimentais, hoje sugeridos abertamente, pelos organismos econômico/financeiros multilaterais, como “modelos” para os países “emergentes”. Diante dos constrangimentos internos e externos da economia (virtual) globalizada, muitos destes países apressam-se em adotar a receita. No nosso, a forma como estão sendo oficialmente encaminhadas as questões da autonomia, do financiamento e do ensino pago das e nas universidades públicas federais, é um claro exemplo de como podem ser adotadas diretrizes de tais modelos e como se pode confundir a idéia histórica de instituição universitária autônoma com organização/empresa competitiva e dócil à mão invisível do mercado¹¹.

11 Cf. Marilena Chauí. *Universidade Operacional - A atual reforma do Estado incorpora a lógica do mercado e ameaça esvaziar a instituição universitária. Folha de S. Paulo, Domingo, 09 de Maio de 1999, Mais!*

Referências Bibliográficas

- CHAUÍ, M. Universidade operacional - A atual reforma do Estado incorpora a lógica do mercado e ameaça esvaziar a instituição universitária. *Folha de S. Paulo*, Domingo, 09 de Maio de 1999, **Mais!**
- _____. Universidade em liquidação. *Folha de S. Paulo*. Domingo, 11 de Julho de 1999, **Mais!**
- DEARING REPORT. *Higher Education in a Learning Society*. London : NCIHE - National Committee of Inquiry into Higher Education. Cópia obtida no site <http://www.leeds.ac.uk/educol/ncihe/> em 15/06/99
- EUSTACE, R. United Kingdom: System of Higher Education. In. HUSÉN, Torsten, POSTLETHWAITE, T. Neville, CLARK, Burton R. e NEAVE, Guy (Orgs). 1998. *Education: The complete encyclopedia*. (CD-Rom). Londres : Pergamon (Elsevier Science Ltd.)
- HIGHER EDUCATION FOR THE 21ST CENTURY. Response to the Dearing Report. Cópia obtida no site do *Department of Education and Employment da Inglaterra* <http://www.dfes.gov.uk/highed>, em 16/06/99. (Pode-se acessar esse documento também pelo site <http://www.lifelonglearning.co.uk/dearing/index.html>)
- OLIVEIRA, Francisco de. A Face do Horror (Prefácio). In: SILVA JR, J. dos R. e SGUISSARDI, V. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil - reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista : EDUSF, 1999, p. 7-13.
- PERELLON, Juan-F. III. Inglaterra. In: _____. *Case Studies*. 1998 (texto digitado)
- RAPPORT ATTALI. *Pour un modèle européen d'enseignement supérieur*. Cópia obtida no site do *Jornal Le Monde*. <http://www.lemonde.fr/dossiers/attali/index.html> em 25/05/98.
- WILLIAMS, Gareth. Resources for *Higher Education in OECD Countries*. London : Insitute of Education/ University of London, dez. 1996. (A report for The Council for Industry and Higher Education - CIHE; The Committee of Vice-Chancellors and Principals - CVCP; e The Higher Education Funding Council for England - HEFCE)
- _____. The market route to mass higher education: British experience 1979-1996. *Higher Education Policy*. v. 10, n. 3/4, p. 275-289, 1997.
- _____. Current Debates on the Funding of Mass Higher Education in the United Kingdom. *European Journal of Education*. v. 33, n. 1, p. 77-88, 1998.